

Alckmin: não preciso de muletas nesta campanha

ANA PAULA MACHADO
SÃO PAULO

O candidato da coligação PSDB-PFL à presidência da República, o ex-governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, não se considera abandonado pelos seus aliados tucanos e pefelistas na campanha. Segundo ele, todos estão trabalhando, mas o horário eleitoral é curto e não há espaço para expressar todos os apoios que vem recebendo em favor de sua candidatura.

Em sua campanha não há participações mais incisivas de caciques e candidatos do PSDB, como José Serra e o governador mineiro Aécio Neves que devem ser eleitos já no primeiro turno para os governos de São Paulo e Minas Gerais.

"Não sou candidato do PT que precisa de muletas. Veja em minha campanha ninguém aparece. Eu confirmo minha liderança", disse Alckmin ontem durante sabatina em São Paulo. "Não vou ficar choramingando por causa disso".



Geraldo Alckmin

Perguntado qual era a diferença entre o caso do mensalão e a denúncia de compra de votos para a aprovação da emenda da reeleição, em 1997, Alckmin tentou se esquivar e afirmou que "nenhum erro justificaria o outro". "Além do mais a reeleição não era para o presidente Fernando Henrique (Cardoso) era para o País. É totalmente diferente", ressaltou o tucano.

Ele também atacou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), favorito para vencer a disputa ainda no primeiro turno, pelos casos de corrupção envolvendo congressistas.

"O governo Lula tem maioria para absolver mensaleiro, mas não tem maioria para aprovar a reforma tributária e o Fundeb (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica)".

Mas ressaltou que no caso da compra de ambulâncias superfaturadas, todos os envolvidos devem prestar esclarecimentos, mesmo que um dos acusados seja o senador tucano Antero Paes de Barros. "O que vale para um vale para todos", disse.

Quanto a redução de juros e aumento do crescimento econômico, o candidato tucano afirmou que as medidas propostas em seu plano de governo são de longo prazo. "Não vou resolver tudo em quatro anos. O meu compromisso é para este mandato, mas temos que dar sinalização de melhora e uma das metas é zerar o déficit nominal".

Para isso, segundo Alckmin, é preciso cortar os gastos no executivo, reduzindo, por exemplo, o número de ministérios e de cargos comissionados. "Para que 34 ministérios e 50 mil cargos? A primeira causa desse inchaço é a ineficiência e a segunda a corrupção", disse.

Além disso se eleito, uma das propostas que será enviada ao Congresso logo no primeiro ano é a de reforma tributária, que tem como principal item a unificação das alíquotas do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

A proposta de redução de alíquota do ICMS está prevista na reforma tributária que tramita no Congresso e prevê ainda a substituição do tributo pelo Imposto sobre o Valor Agregado (IVA), também uma das bandeiras de do candidato tucano. Mesmo pregando corte de gastos e reforma tributária, Alckmin não se comprometeu em acabar com CPMF, que cobra 0,38% sobre movimentações financeiras. "Talvez o governo não possa abrir mão da CPMF, mas o ideal seria uma alíquota menor".